

# Projeto vai a plenário na 2ª

A proposta do senador Itamar Franco (MDB- MG) alterando o parágrafo 1º do artigo 17 da Constituição Federal, em favor de uma representação política para Brasília, será apresentada em plenário na próxima segunda-feira, no Congresso Nacional, abrindo assim um novo horizonte político para os brasilienses, que desde 1960 não exercem o direito de voto, quando então foi deferido ao Presidente da República a nomeação do governador do Distrito Federal, através dos parágrafos 1º e 2º do artigo 17 e itens III e V do artigo 42 da Constituição Federal.

O projeto do senador mineiro sobre a criação de uma Assembléia Legislativa prevê a indicação de cinco representantes das cidades-satélites e cinco do Plano Piloto, que irão trabalhar juntos às miniprefeituras das superquadras. Este projeto, como bem indica a existência em algumas quadras de miniprefeituras, vem sendo esperado há muito pela população brasiliense e conta com o apoio da maioria de deputados e senadores do MDB. A aprovação da emenda irá permitir a formação de mecanismos

reivindicatórios através de deputados possibilitando uma aproximação maior entre governador e povo.

Itamar Franco espera uma mobilização dos populares em favor não só do seu projeto, mas também uma conscientização política maior que faça valer o direito dos cidadãos em exercerem o voto livre e secreto. O senador mineiro também conta com o apoio da Associação Comercial do DF, que há muito vem lutando pela criação de uma representação política, tendo sido a idéia aprovada por unanimidade pelos associados da entidade, durante um simpósio, realizado em 1977, quando foi formulado um documento, Proclamação de Brasília, que levou ao amadurecimento da idéia de dotar o DF de representantes políticos.

Igualmente o presidente da Federação do Comércio, Newton Rossi, acha a proposta muito válida e oportunidade pois a comunidade brasiliense não pode mais viver injustiçada tolhida em sua aspiração de ter porta-vozes para transmitir seus anseios". Maurício Correa, Presidente da Ordem dos Advogados, Seção DF, acrescentou que "não há dúvida que dotar a população de poder é válida".